

## **A LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE E AS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO: ACONTECIMENTO, MATERIALIDADE E MEMÓRIA**

David António<sup>1</sup>

### **Introdução**

O presente trabalho se cinge no regime do olhar o português europeu (adiante PE) enquanto língua oficial e de ensino em Moçambique. Nesta ótica, concebemos a língua oficial como uma das tecnologias da governamentalidade, enquanto dispositivo de segurança no exercício da biopolítica (FOUCAULT, 1999), condicionando a produção de subjetivação e construção da identidade linguística dos falantes, cujas condições de (co) existência envolvem práticas discursivas e não discursivas.

Assim, o nosso objeto de estudo cinge-se em torno da ‘língua portuguesa em Moçambique’, considerando que a mesma foi adotada como oficial e de ensino numa sociedade em que coabitam e convivem várias línguas no país, entre elas as do grupo Bantu (adiante LBs), o Inglês e as línguas asiáticas.

A ‘língua portuguesa em Moçambique’ que dá origem ao nosso objeto de estudo, surge em torno de um acontecimento fundado na memória dos 500 anos de colonização do país, o que motivou sua sua adoção como oficial após a proclamação da Independência Nacional em 1975. No entanto, o português é segunda língua para maior parte da população e coexiste com outras línguas nativas/não oficiais. No exercício da biopolítica (FOUCAULT, 1999) o dispositivo do pacto de segurança institui condutas e possibilita a construção de subjetivações, de diferença e de identidade nas práticas linguístico-discursivas.

O objetivo geral do trabalho cinge-se em compreender como as práticas (não) discursivas ligadas ao uso do português em Moçambique – o PE é língua oficial e de ensino - subjetivam o povo ou como este com elas se subjetiva. Neste sentido, constituem objetivos específicos: (i) demonstrar como a adoção do português à categoria de oficial e de ensino pode ser vista como um acontecimento linguístico-discursivo, considerando a memória da proclamação da Independência Nacional; (ii) analisar a emergência do português falado em Moçambique (adiante PM), enquanto desdobramento do acontecimento da adoção do português europeu como língua oficial e de ensino; (iii) relacionar a memória dos 500 anos de

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutorando, CAPES/PLE/GEDUEM

colonização do país com o acontecimento ligado à adoção do português europeu como língua oficial e de ensino.

De acordo com os fatos evocados questionamos como a materialidade em torno da língua portuguesa estabelece interfaces da mobilização política da memória colonial e da pré-independência e com a memória da pós-independência para subjetivar indivíduos pertencentes ao universo linguístico moçambicano.

Neste sentido, o trabalho se norteia pela perspectiva da teoria da análise do discurso franco-brasileira da linha foucaultiana, considerando a materialidade dos discursos em sua função enunciativa e a subjetivação dos indivíduos que é vista a partir do acontecimento e da memória em referência.

A prática analítica vai-se apoiar na materialidade (i) das orientações dos seminários ligados à língua portuguesa, (ii) de obras e (iii) de teses produzidas em volta do acontecimento ligado a adoção do português como língua oficial e de ensino no país de autores que estão na ordem do discurso linguístico-didático.

## **1. A materialidade e memória em torno da língua portuguesa**

Para que os enunciados tenham sua existência material precisam sempre se constituir de uma espessura material, no caso presente, caracterizado por recortes retirados de seminários ligados à língua portuguesa, de obras e de teses produzidas em torno do uso do português enquanto língua oficial e de ensino em Moçambique apresentando “uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2008:114). O próprio enunciado tem uma materialidade repetível, caracterizado por um “*status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas codificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão” (FOUCAULT, 2008:115). Tal é o caso das mudanças estruturais pelo que passa o português adotado como oficial e de ensino no país - o PE- em função da emergência de uma (nova) variante do português, o PM - diferente daquela - com uma materialidade advinda do PE e descontinuando sua estrutura. Essa modificação da estrutura formal desta língua mercê dos vários acontecimentos marca uma (re) atualização constante dos enunciados desta língua, condicionando a emergência de desdobramentos materializados nos enunciados do PM. Vem daqui o questionamento de Foucault:

*“Poderíamos falar de enunciado se uma voz não o tivesse enunciado, se uma superfície não registrasse os seus signos, se ele não tivesse tomado corpo em um elemento sensível e se não tivesse deixado marca – apenas alguns instantes – em uma memória ou em um espaço?” (FOUCAULT, 2008:113).*

Não. Porquanto, como mencionamos nas notas introdutórias, o português em Moçambique é condicionado pela herança dos 500 anos de colonização do país e mais tarde apropriado pelo poder político nos primórdios da independência nacional, deixando marcas de/em memória que se fundam na história que “é, para uma sociedade, uma certameira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2008:8). Desta forma se materializa a memória discursiva “que trabalha para estabelecer relações entre um acontecimento do presente e outros acontecimentos, aos quais o que está em primeiro plano acaba sendo filiado” (POSSENTI, 2006:96). A materialidade em torno dos enunciados do português na origem da adoção desta língua como oficial e de ensino, enquanto acontecimento, relaciona-se através da sua memória com outros acontecimentos como a emergência da variante do PM no mesmo espaço – sociedade caracterizada pelo multilinguismo.

## **2. O acontecimento da adoção do português como língua oficial e de ensino**

Para a análise do discurso, o acontecimento é tido como sendo fundamental devido a “sua relação com a enunciação que, quase naturalmente, é concebida como um evento, e até um evento que não se repete” (POSSENTI, 2006:93). O acontecimento em estudo tem relação com a história ligada aos 500 anos de colonização do país.

Tal acontecimento é passível de geração de outros acontecimentos no sentido de que nele se “descobre, sem cessar, novas camadas, mais superficiais ou mais profundas; isola sempre novos conjuntos onde eles são, às vezes, numerosos, densos e intercambiáveis, às vezes raros e decisivos” (FOUCAULT, 1996:55), como os fatores que condicionam a existência de desvios notáveis e irreversíveis ao PE - pelo fluxo enunciativo das frases produzidas pelos falantes – que apontam para a irrupção de um outro acontecimento linguístico-discursivo ao qual se inscreve uma nova ordem linguística, o PM – gerando uma espécie de resistência ao próprio PE.

Considera-se, a partir deste pressuposto, que “em geral, [...] estamos diante de um acontecimento quando o que ocorre é algo de inesperado ou de “espetacular” (no entanto, ver Foucault, 1968, p. 23) para verificar quanto a questão é mais complexa e tem outros importantes desdobramentos” (POSSENTI, 2006:93-94), como é o caso da emergência do PM e seu reflexo em matérias jornalísticas e científicas diversas, livros e teses escritos, bem como eventos realizados em torno desse acontecimento. Estes dispositivos são a essência de textos - ou permitem sua produção - veiculados em função do acontecimento em estudo, numa ação, segundo Possenti (2006), de retomar, revisar, analisar, especificar, detalhar, supor, citar, etc. Assim, na ótica deste autor, “o conjunto dos textos começa a remeter não só ao próprio acontecimento, mas também a outros textos e a outros acontecimentos que este levou a rememorar” (POSSENTI, 2006: 95), constituindo desta forma um arquivo, tal como Foucault o concebeu.

Neste sentido, o acontecimento do nosso estudo surge como um dispositivo que regula a tecnologia da biopolítica enquanto “*técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas [...]” (FOUCAULT, 1999:132). Com o argumento de uma possível unidade (linguística) nacional entre os moçambicanos, o Estado moçambicano estatuiu a obrigatoriedade de uso do PE como oficial por todos num exercício de governamentalidade enquanto “arte de governar [...] racional com a condição de observar a natureza daquele que é governado [...]” (FOUCAULT, 2004:305).

### **3. A língua portuguesa: interfaces da mobilização política da memória colonial e da pós-independência e as práticas de subjetivação**

A adoção do PE como língua oficial e de ensino resulta de uma polêmica de escolha de uma língua como norma-padrão entre várias outras faladas no país. Por outro lado, no país o português assume-se como língua do colonizador e as restantes na sua maioria são línguas nacionais ou indígenas, majoritárias e marginalizadas em situações oficiais. Sendo um evento que tem a sua emergência poucos anos antes da independência do país em 1975, ele teve e tem as suas repercussões na sociedade moçambicana – na produção de identidades e processos de subjetivação - até aos dias de hoje – sobretudo no ensino.

Nessa ótica, a materialidade que perfaz o nosso *corpus* constitui-se de recortes de duas obras que versam sobre a emergência do português falado em Moçambique país

(GONÇALVES, 1998 e STROUDEGONÇALVES, 1997); de duas teses de doutorado com incidência para a área de ensino e formação em Moçambique (SANTOS, 2010; PATEL, 2012); do 1º Seminário de Língua Portuguesa em Moçambique (1979) e do Seminário da UNESCO (1971) (In: YAI, 1983:2). Para o efeito, o percurso analítico obedece numa primeira fase (i) recortes que se ligam à materialidade que nos remetem à memória colonial e do período da pré-independência e na sequência (ii) a materialidade que nos remete à memória da pós-independência, ou seja, que origina outro acontecimento.

### **3.1. A materialidade da memória colonial e da pré-independência**

Nesta seção analisamos a materialidade em circunscrita volta do acontecimento em estudo cuja memória se funda no passado colonial e nos fenômenos a ele adstritos ou similares. Pelo termo pré-independência consideramos o período que se circunscreve à preparação e à luta de libertação contra o jugo colonial, que se centra nos anos 60. Ao termo colonial pretendemo-nos referir ao período anterior à luta de libertação nacional.

No entanto, estas duas fases representam, por um lado, o interesse que se manifestou pelo controlo e “aproveitamento” da língua para fins de defesa do regime colonial português através da doutrinação nas escolas, nas igrejas e na sociedade em geral e, por outro lado, o ataque pelos libertadores da pátria em nome do povo moçambicano ao sistema colonial através do seu ensino nas bases militares e nas zonas que viriam a ser libertadas. Vejamos os recortes abaixo:

- (i) *Não há língua dominante em nosso país. A escolha de uma das línguas moçambicanas seria uma medida arbitrária que poderia ter consequências graves. Além disso, as instalações técnicas e o número de pessoal que temos à nossa disposição não nos permite realizar de forma satisfatória o tipo de pesquisa necessária para tornar as línguas nacionais operacionais, especialmente no campo da ciência. Fomos obrigados a usar o Português como língua de instrução e comunicação entre nós (SEMINÁRIO DA UNESCO, 1971. In: YAI, 1983, p. 2. Grifo nosso).*
- (ii) *O Português é a língua oficial do país, uma decisão que remonta desde a época de libertação nacional. Desde a sua criação em 1962, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) escolheu o Português como língua oficial na luta contra o colonialismo Português. Uma série de argumentos justificam a escolha desta moçambicanos dos outros grupos nacionais na região. Vieira (comunicação pessoal, 1993), membro sénior da FRELIMO, revelou na Conferência Nacional da Cultura em 1993, que a FRELIMO tinha tomado a decisão de usar o Português, devido "[...] ao seu papel geoestratégico: identifica-nos dos nossos vizinhos." Ele referiu, ainda, que havia uma crença em como se o Português fosse adequadamente distribuído pelo país durante a guerra de libertação poderia ajudar a criar uma consciência nacional e uma identidade moçambicana. Isto*

*pode explicar a razão por que, durante a Luta Armada, a FRELIMO adoptou o Português como meio de ensino e alfabetização de adultos. Mondlane (1969:49) observa, a este respeito, que "[...] nas zonas libertadas usamos o Português para ensinar a Geografia e a História de Moçambique"* (PATEL, 2012:8-9. Grifo nosso).

- (iii) ***O registo da institucionalização do Português data do período colonial. A política linguística do governo colonial valorizava os indivíduos que falassem correctamente o Português. Os esforços do governo colonial no ensino do Português aos nativos estavam associados ao facto de as colónias serem províncias ultramarinas e parte integrante do chamado império Português. O ensino da Língua Portuguesa era realizado pelas escolas públicas e pelas Missões Católicas. A Concordata de 7 de Maio de 1940 estipulava a obrigatoriedade do ensino em Português, em todas as escolas. Para além do Português, podia-se, também, usar a língua indígena na catequese. Entretanto, em 1921, já fora banido o uso das línguas africanas nas escolas. [...] A ideia de transformar a escola num lugar aprazível para todos, num espaço comum, e a escolha do Português como língua de ensino num universo plurilinguístico resultou de um processo político totalitário de socialização, que visava a uniformização do imaginário colectivo. Este processo terá retirado da escola o livre arbítrio e camuflado a diversidade social e política*** (SANTOS, 2010:98, 101. Grifo nosso).

Os enunciados científicos são memórias da luta de libertação e que se ligam a escolha dessa língua como oficial e de ensino. Assim, antes da luta de libertação do país o regime colonial se interessou pelo português e sua veiculação no ensino: “O ensino da Língua Portuguesa era realizado pelas escolas públicas e pelas Missões Católicas. A Concordata de 7 de Maio de 1940 estipulava a obrigatoriedade do ensino em Português, em todas as escolas” (iii). Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino dessa língua pelo governo colonial, associa-se ao pertencimento de uma só pátria, a portuguesa, o que implicou a encarnação dessa língua por parte dos moçambicanos em várias gerações, constituindo parte da sua identidade linguística. Este fato prova-se pelo banimento de uso das línguas nativas nas escolas, tal como se afirma em (iii): “Entretanto, em 1921, já fora banido o uso das línguas africanas nas escolas”.

Desse modo, ressalta a idéia de que este pressuposto serviu de memória aos lutadores da libertação em Moçambique - acoplados à Frente de Libertação de Moçambique (adiante FRELIMO), que mais tarde viria a proclamar a Independência do país, transformado em partido político e de vanguarda e até hoje no poder – na escolha do português como veículo de comunicação no dia-a-dia, uma vez que suas línguas e etnias eram diferentes. Assim, esta língua os uniria nas comunicações (e) para a luta contra o colonialismo português: “O Português é a língua oficial do país, uma decisão que remonta desde a época de libertação

nacional. Desde a sua criação em 1962, a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO escolheu o Português como língua oficial na luta contra o colonialismo Português” (ii). Foi por isso que “a escolha do Português como língua de ensino num universo plurilinguístico resultou de um processo político totalitário de socialização, que visava a uniformização do imaginário colectivo” (iii).

Este posicionamento faz-nos desembocar num outro, ligado a uma memória anterior que argumenta o uso do português como oficial e de ensino por razões (1) geoestratégicas apresentadas por pessoas autorizadas para o efeito e que fizeram parte da decisão (lutadores pela libertação nacional): “Vieira<sup>2</sup> (comunicação pessoal, 1993), membro sênior da FRELIMO, revelou [...], que a FRELIMO tinha tomado a decisão de usar o Português, devido “[...] ao seu papel geoestratégico: identifica-nos dos nossos vizinhos”” (ii). A memória ligada à (2) consciência e identidade nacional também é notória nos enunciados apresentados em forma de argumento para o uso daquela que veio a ser a língua oficial: “referiu, ainda, que havia uma crença em como se o Português fosse adequadamente distribuído pelo país durante a guerra de libertação poderia ajudar a criar uma consciência nacional e uma identidade moçambicana” (ii); “(3) por razões históricas: Mondlane<sup>3</sup> (1969:49) observa, a este respeito, que “[...] nas zonas libertadas usamos o Português para ensinar a Geografia e a História de Moçambique” (ii), ou seja, usando a memória dos 500 anos de colonização portuguesa. Este argumento é reforçado em “as instalações técnicas e o número de pessoal que temos à nossa disposição não nos permite realizar de forma satisfatória o tipo de pesquisa necessária para tornar as línguas nacionais operacionais, especialmente no campo da ciência [...]” (i), num exercício de poder que mais tarde viria a se relacionar com sua adoção.

Estes enunciados apontam para a produção de uma nova identidade ao homem moçambicano através da construção de um sujeito que viria a ter uma (nova) língua oficial e a necessidade de se desligar de uma (antiga) identidade para conviver numa sociedade atual, caracterizada por essa nova ordem linguística. Tal cenário observa-se na medida em que as

<sup>2</sup>Sérgio Vieira é membro da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), foi combatente da luta de libertação de Moçambique e após a independência em 1975 ocupou várias pasta ministeriais.

<sup>3</sup>Eduardo Mondlane foi fundador e primeiro Presidente da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), partido que libertou a pátria e até hoje no poder. Dirigiu os primeiros anos da luta armada contra a dominação portuguesa e foi assassinado em 1969, tendo sido sucedido por Samora Machel, que viria a ser o primeiro Presidente do país.

transformações pelas quais passaram esses sujeitos constituem e produzem determinados efeitos de sentido através desses enunciados, agenciados pela tecnologia da biopolítica.

Assim, estes enunciados proporcionam práticas de subjetivação que se efetivam e se legitimam pelo dispositivo do pacto de segurança – com uma natureza política –, pela normatização do PE como oficial e seu uso obrigatório no ensino e na determinação dos conteúdos a serem trabalhados e ensinados.

### 3.2. A materialidade da memória da pós-independência

Tal como nos referimos nas linhas anteriores, o acontecimento pode proporcionar novas camadas, mais superficiais ou mais profundas. De acordo com Possenti, podem surgir enunciados novos em relação com os acontecimentos “exteriores”. Para tal, olhemos para os recortes abaixo:

- (iv) [...] constatou-se que era enorme a **difusão da LP, mas que ela estava a mudar em vários aspectos e chamou atenção para a necessidade de não incentivar o uso da LP de forma divergente e que era preciso pensar numa forma de normatizar e ensinar uma variedade que fosse a “língua comum” que permitisse a inteligibilidade entre os falantes das múltiplas variedades** (MEC, 1979. Grifo nosso).
- (v) **A variedade-alvo escolhida como norma pedagógica não é congruente com a norma que é usada pela maioria dos falantes** (STROUD E GONÇALVES, 1997:9. Grifo nosso).
- (vi) **No Português de Moçambique há alterações que parecem constituir efeitos visíveis de mudanças mais profundas” em relação ao Português Europeu** (GONÇALVES, 1998:1. Grifo nosso)
- (vii) **Em Moçambique, verificamos uma tendência de moçambicanização do português, resultado natural de contacto de línguas. É provável que este facto tenha sido alimentado pelo discurso político de legitimação desta língua desde a independência, em 1975. Nós “nacionalizámos” a LP, mas continuamos com as regras da gramática usada em Portugal. Todavia, temos vindo a observar que na expressão quotidiana, jornalistas, apresentadores de programas, políticos e até professores falam como o cidadão comum, sem o rigor que as regras da gramática exigem. Parece também haver um compromisso ou acordo orientando as pessoas a falarem de um certo modo. Na verdade, o que existe é o espaço comum e uma língua a ser usada de forma diferente. É o Português de Moçambique. [...] Tudo isto nos leva a reflectir sobre a nossa variedade linguística e o seu funcionamento. Estudos já realizados sobre o Português de Moçambique tiveram como foco a Morfologia e a Sintaxe (Perpétua Gonçalves) e a Política linguística (Armando J. Lopes e Gregório Firmino). [...] A necessidade da elaboração da Norma do Português de Moçambique tem suscitado vários estudos e discussões na sociedade moçambicana. Estudos realizados por Firmino (1987; 1994), Gonçalves, et. al. (1986), Gonçalves (1990), Gonçalves e Stroud (1997; 2000) e Dias (2002; 2004), referem que o Português falado em Moçambique é uma variedade distinta da**

*européia. Neste contexto, a discussão sobre a aprendizagem da LP leva-nos a afirmar que o sistema educativo moçambicano enfrenta problemas de natureza linguística e normativa* (SANTOS, 2010:26, 27, 109. Grifo nosso).

A série destes enunciados liga-se ao desdobramento do acontecimento inerente à adoção do português como língua oficial e de ensino. A regularidade dos seus enunciados está no fato de se registrar mudanças profundas na estrutura do PE, bem como pelos cuidados e reflexão do seu uso com essas novas características.

A partir dessas regularidades ressalta-se a idéia de que o que faz com que o PE fique apenas na “imaginação” dos moçambicanos, enquanto norma-padrão, é o fato de estar a sofrer transformações na sua materialidade, proporcionando um mecanismo de exclusão no uso de outras línguas e do PM, fazendo funcionar o dispositivo de exclusão pela língua – com uma natureza social. Os enunciados “difusão da LP, mas que ela estava a mudar em vários aspectos e chamou atenção para a necessidade de não incentivar o uso da LP de forma divergente” (iv); “a variedade-alvo escolhida como norma pedagógica não é congruente com a norma que é usada pela maioria dos falantes” (v); “mudanças mais profundas em relação ao Português Europeu” (vi); “uma tendência de moçambicanização do português [...] na expressão quotidiana, jornalistas, apresentadores de programas, políticos e até professores falam como o cidadão comum, sem o rigor que as regras da gramática exigem” (vii) apontam, para além da modificação do PE, para a emergência de um novo acontecimentolinguístico-discursivo motivado pelo crescente e irreversível fenômeno do contato de línguas – o novo acontecimento produz sentidos que marcam uma resistência ao uso da norma do PE -, pois, adoção do PE como oficial e de ensino teve lugar num contexto em que coexiste com várias outras línguas, na sua maioria nativa - LBs, condicionando a transformação dos sujeitos falantes.

Pelo que se pode depreender na adoção do PE como oficial e de ensino priorizaram-se questões de natureza ideológica e específica do momento, de ‘unidade nacional’ – com a tendência de exercer um mecanismo de inclusão - e ignorando as questões (socio) linguísticas, que propicia (ra) m mecanismos de exclusão linguística. Deste ponto de vista, vale recordar que o acontecimento da escolha do PE como oficial e de ensino caracteriza-se como único “talvez inesperado, embora se explique até facilmente *a posterior*” (POSSENTI, 2006:93).

Os enunciados ligados às expressões “pensar numa forma de normatizar e ensinar uma variedade que fosse a “língua comum” que permitisse a inteligibilidade entre os falantes das múltiplas variedades”; “a necessidade da elaboração da Norma do Português de Moçambique tem suscitado vários estudos e discussões na sociedade moçambicana” (iv) e “o Português falado em Moçambique é uma variedade distinta da europeia” (vii) indicam o desuso da norma-padrão do PE devido aos sinais de emergência de uma nova ordem linguística caracterizada por estruturas diferentes e que identificam e constroem novos sujeitos – na atualidade. Este cenário mostra haver necessidade de busca de uma harmonia entre as duas variantes, que caminham em paralelo como uma espécie de duas normas no país, isto é, a praticada – o PM - e a imaginada – o PE.

Igualmente, os enunciados em “neste contexto, a discussão sobre a aprendizagem da LP leva-nos a afirmar que o sistema educativo moçambicano enfrenta problemas de natureza linguística e normativa” (vii) condicionam a existência de problemas linguístico- educacionais nas escolas moçambicanas por o PE não estar a responder às necessidades inerentes à língua na educação (ensino e formação) e, conseqüentemente, às lacunas que ela mostra para o ensino no país, chamando o agenciamento do dispositivo da exclusão pela língua.

### **Considerações finais**

O português em Moçambique proporciona práticas de subjetivação que se efetivam e se legitimam por um dispositivo (do pacto de segurança) sobre a normatização do PE como oficial e a obrigatoriedade do seu uso no ensino e na formação, enquanto língua “ideal”, com determinação dos conteúdos a serem trabalhados e ensinados. Ao mesmo tempo é chamado o agenciamento do dispositivo de exclusão pela língua que institui “teorias” que apontam para a emergência e uso de uma nova variante do português no país, o PM, porquanto, a adoção do PE como oficial, de ensino e de formação, por um lado aparece como um *procedimento de inclusão* por ter-se fundado com o lema de “unidade nacional” e, por outro lado, desencadeia um *procedimento de exclusão*, tanto por limitar o acesso à instrução a todos moçambicanos, como pela existência no país de muitas pessoas não alfabetizadas. Portanto, esta condição exclui-os em situações onde o PE é exigido.

### **Referências bibliográficas**

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política/ Michel Foucault**. Coleção Ditos & Escritos, V. Organização e coleção de textos Manoel Barros Motta; Tradução Elisa Monteiro, Inês Autram Dourado Barbosa - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A História da Sexualidade I: Vontade do Saber**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 12ª Edição. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GONÇALVES, P. (Org.). **Mudanças no Português em Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1998, p. 1.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Primeiro Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa**. Maputo: MEC, 1979.

PATEL, S. A. **Um olhar para a formação de professores de educação bilingue em Moçambique: Foco na construção de posicionamentos a partir do lócus de enunciação e actuação**. Campinas: UNICAMP, 2012.

POSSENTI, S. “Análise do discurso e acontecimento”. In: NAVARRO-BARBOSA, P. (Org). **Estudos do Texto e do Discurso: Mapeando Conceitos e Métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 93-108.

SANTOS, N. R. dos. **Estruturadores do discurso na aula de Português em Moçambique**. Aveiro: Universidade de Aveiro – Departamento de Línguas e Culturas, 2010.

STROUD, C. E GONÇALVES, P. (Orgs). **Panorama do Português Oral do Maputo**. Vol. I. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, 1997, p. 9.

YAI, O. B. **Elements of a Policy for Promotion of National Languages in Mozambique**. Paris: UNESCO, 1983.